

“Pobres mulheres”: imaginário social e a prostituição em Belo Horizonte

“Poor women”: social imaginary and the prostitution in Belo Horizonte

Lucas Carvalho Soares de Aguiar Pereira*

Resumo: A leitura de narrativas jornalísticas e literárias – especialmente as memórias – sobre a prostituição e a Rua Guaicurus produzidas, primeiro, nas décadas de 1920 e 1930 e, posteriormente, entre 1970 e 1980, em Belo Horizonte (Minas Gerais), revela uma tensão entre diferentes modos de estar e viver na cidade. Tais narrativas são expressões tanto de uma luta pela educação das sensibilidades, como de um imaginário social sobre os espaços de prostituição e suas práticas socioculturais. Esboça-se uma reflexão sobre a autoridade de determinados grupos, em legitimar as memórias coletivas, naturalizando e reforçando as diferenças morais e sociais entre mulheres que circulam na cidade.

Palavras-chave: Imaginário social. Espaço público. Prostituição e memória.

Abstract: The press and memorialist narratives on prostitution and Guaicurus Street in Belo Horizonte (Minas Gerais), among 1920s and 1930s and the 1970 and 1980s, reveals a tension between different manners of existence in urban universe. Such narratives are expressions both of a struggle for the education of sensibilities, and of a social imaginary of the prostitution’s locus and its social and cultural practices. This paper outlines an examination of the authority of certain groups to legitimize collective memories, naturalizing and reinforcing the moral and social differences between women that circulate in the city.

Keywords: Social imaginary. Public space. Prostitution and memory.

* Professor no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, Campus Betim. Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Este artigo é fruto de parte de discussões que não entraram na dissertação de Mestrado, defendida em 2012. A pesquisa teve 12 meses de financiamento do CNPq, processo 131376/2011-0. *E-mail:* lucas.pereira@ifmg.edu.br

Neste artigo traço uma reflexão sobre a diferenciação e a classificação dos comportamentos femininos no espaço público da cidade de Belo Horizonte, capital do Estado de Minas Gerais (Brasil), ao longo das décadas de 1920 e 1930, com ênfase para as preocupações difundidas a respeito das meretrizes da capital. Em seguida, busco estabelecer relações deste processo histórico com as memórias, sobre os espaços da prostituição feminina da cidade, principalmente no campo literário, notadamente os escritos de Pedro Nava. Abordarei, finalmente, alguns episódios recentes na história da cidade, que reverberam indícios desse imaginário historicamente construído sobre a prostituição em Belo Horizonte e sobre a Rua Guaicurus, refletindo sobre sua relação histórica com a visibilidade dos sujeitos femininos nesses espaços.

As narrativas publicadas em jornais, além de potencializarem a circulação de ideias e representações, são agentes ativos na formação de sensibilidades e de um imaginário social, mas também são indícios de processos de diferenciação social. (BACZKO, 1985; BOURDIEU, 1982; MOREL; BARROS, 2003). Busco apontar as relações entre um processo de classificação e diferenciação dos comportamentos femininos, difundido em periódicos do começo do século, e a formação de um imaginário social sobre os espaços identificados com a prática da prostituição. E, ainda, compreender em que medida esse imaginário teria participado do processo de conformação de uma cartografia dos prazeres, em que se representam itinerários ora da decadência e da devassidão, ora da modernização e do prazer, presentes na memória coletiva da cidade e em escritos de memorialistas. Percebe-se que homens e mulheres não foram percebidos por essas representações, como categorias neutras, mas a partir de pressupostos que orientavam uma divisão conservadora do mundo social e dos papéis de gênero, especialmente do gênero feminino. Minha hipótese é de que essa memória, romântica ou moralista, tenha operado como aglutinadora de “coesão e solidariedade”, no processo de assimilação, de ocupação e de apropriação de espaços da cidade por determinados grupos sociais (KALIFA, 2004, p. 132), resultando em um processo dialético de visibilidade e invisibilidade das mulheres que habitavam esses espaços.

Jornais: narrativas de diferenciação por uma educação moral

A historiografia, há muito tempo, vem consolidando estudos que tomam os impressos como fontes e, também, como objetos de pesquisa.

Historiadores que trabalham com esses artefatos culturais têm desenvolvido várias abordagens, da história política à história social e cultural, e tratado de temas e conceitos como de gênero, censura, infância, caricaturas e imagens, as sociabilidades letradas, idealizadores e lucros, bem como a materialidade dos impressos. (LUCA, 2006). O conceito de imaginário social tomou uma dimensão importante nas análises de historiadores da cultura no Brasil, que incorporaram e ampliaram as críticas aos documentos e aos objetos da história, a partir da década de 1980. (BACZKO, 1985). Os impressos foram mobilizados como fontes privilegiadas de estudos sobre imaginários e representações sociais, espaços urbanos, bem como as identidades coletivas, e receberam atenção especial da historiografia nas últimas décadas. (ELMIR, 1994; VILHENA, 2008).

Além disso, os jornais também são mobilizados como fontes de coleta de dados seriados. Em ambos os casos, é preciso entender os enunciados a partir do seu “valor de verdade”, de “sua pretensão de alcançar a realidade”, sem obliterar, contudo, uma crítica teórica e empírica rigorosa. (RICOEUR, 1986, p. 113). As notícias de crimes e prisões, por exemplo, não possuem a mesma confiabilidade de uma boa estatística elaborada por órgãos especializados nessa tarefa. Mas isso não nos impede de assumir que tais notícias versam sobre acontecimentos que efetivamente transcorreram nesses espaços, dando origem, inclusive, a modos e itinerários de circulação no espaço urbano. (KALIFA, 2004, p. 133). Não se trata, no entanto, de estabelecer uma hierarquia entre essas fontes: estatísticas de crime *versus* notícias de crime. As primeiras não dão conta da totalidade de crimes, ou da criminalidade, existente em determinada localidade, apesar de apontar para políticas de policiamento realizadas em um dado período, enquanto as segundas, apesar de permitirem leituras parciais das políticas de policiamento, dão indícios da construção de um imaginário e de representações sobre o crime, o criminoso, as vítimas, o policial e suas ações. (PAIXÃO, 1982; KALIFA, 2004).

Na capital mineira, desde suas décadas iniciais, os jornais surgiram como agregadores de grupos sociais, que demarcavam seus lugares no espaço urbano da cidade, em suas pequenas empreitadas jornalísticas. A imprensa assumiu um caráter de potencializador dos desejos, da criação de identidades e de interesses comuns entre grupos distintos, que formavam a população daquela jovem cidade planejada. (CASTRO, 1997, p. 32). Havia uma profusão de impressos em Belo Horizonte, nas primeiras décadas da cidade planejada.¹

Muitos não passaram dos primeiros números e eram organizados por pequenos grupos, mas evidenciam a potência associativa que a empresa dos impressos podia assumir. Esses materiais, de curta duração, variavam entre interesses estudantis, literários, artísticos, políticos, esportivos, operários, religiosos, econômicos. As experiências de jornais diários eram profundamente marcadas por textos de plataformas políticas, especialmente a do Partido Republicano Mineiro (PRM), e de criações literárias. A partir da década de 1920, essas narrativas passaram a dividir espaço nos jornais, cada vez mais, com os acontecimentos cotidianos (ANTUNES, 1995, p. 109-115), os *fait divers*. Demandas sociais a respeito do uso do espaço urbano foram incorporadas pelos jornais e, desde a década de 1910, é possível observar campanhas pela moralização do espaço público em impressos que circulavam na cidade. (ANDRADE, 1987, p. 35).

Durante a década de 1920, o *Diário de Minas* foi a principal publicação da capital, tornando-se jornal oficial do Partido Republicano Mineiro (PRM), em agosto de 1927. As discussões político-regionais e nacionais eram a principal pauta do jornal, além de questões secundárias como a vida cotidiana da capital e do interior mineiro. Já o jornal *O Estado de Minas* foi fundado em 1928 por empresários articulados em torno da empresa jornalística, que declaravam-se abertamente contrários ao PRM, buscando interlocução mais ampla com diversos núcleos políticos, sociais e culturais daquele período. Este jornal tornou-se uma referência entre grupos liberais insatisfeitos com as ações dos partidos republicanos mineiro e paulista. (ANTUNES, 1995).

As narrativas desses jornais, referentes ao meretrício, desenharam imagens de uma prática e um espaço que precisavam ser organizados e educados moralmente, dando visibilidade a imagens e comportamentos das mulheres envolvidas com a prostituição. A falta de uma educação moral dos indivíduos, bem como a necessidade de se diferenciarem, social e moralmente, as atitudes das mulheres no espaço público eram temas e argumentos recorrentes nas notícias daquele período. A região central, especialmente a Rua Guaicurus e o seu entorno, esteve no centro dessas narrativas que, vez ou outra, noticiavam acontecimentos em localidades mais afastadas, como no Barro Preto, na Rua Niquelina (no bairro Santa Efigênia) e na Barroquinha (área que compreende atualmente, grosso modo, áreas dos bairros de Lourdes e Santo Agostinho). Desde cedo, observa-se a construção da região, como uma área essencialmente marcada pelo vício,

pelo crime, pela perdição. O *Diário de Minas*, jornal do PRM, apesar de seu caráter oficioso, apresentava em suas páginas, eventualmente, notícias policiais, bem como *fait divers*.

O tenente João Baptista, o Terror dos desocupados do Barro Preto, Barroca e Pedreira Prado Lopes, organizou ontem mais uma de suas ‘canoas’, sendo, em resultado, apresentadas ao delegado da comarca as seguintes vagabundas, encontradas no Barro Preto: Regina Lopes, Margarida A[nn]a Wilson, Maria Teixeira, Juventina dos Santos, Maria de Souza, Laurinda Ramos de Oliveira, Maria Domingas e Anna Gomes. **Emprego ou xadrez foi a intimação que lhes fez o delegado. Com exceção da última, todas preferiram o xadrez.** (Diário de Minas (DM), 24/1/1920, p. 2, grifos nossos).

Na nota acima, somos introduzidos a uma preocupação importante a respeito da circulação de mulheres no espaço público: a relação que elas mantinham com o trabalho lícito. É pertinente lembrar que a região citada, o Barro Preto, era ocupada em grande parte por imigrantes italianos, mas também por migrantes de várias partes do estado, trabalhadores da crescente indústria da cidade e dos pequenos ofícios urbanos. O bairro conformou-se, juntamente com a Barroquinha, Calafate e Pedreira Prado Lopes, como a primeira região de “periferia” da cidade. (AGUIAR, 2007).

Narrativas como essas se relacionam com o problema historiográfico da participação das mulheres na vida urbana e, especialmente, no espaço público. Apesar de todos os discursos e das práticas efetivas de interdição do espaço público às mulheres, há dados empíricos consideráveis que indicam a presença feminina nas ruas das cidades. Excluídas da coisa pública formal, mulheres de diferentes origens sociais fizeram-se presentes na lida cotidiana do trabalho, do comércio ou mesmo de atividades ou rituais coletivos. Essas mulheres, especialmente as mulheres pobres, também foram ativas nos conflitos sociais da primeira república e em violências interpessoais ou simbólicas, como greve de costureiras e apropriações do espaço urbano pelas empregadas no serviço doméstico em Santos. (SOIHET, 1989; MATOS, 2002). Apesar das interdições burguesas e da própria classe trabalhadora conformarem-se como marcas da violência física e simbólica contra a mulher (RAGO, 1985), as vidas que emergem de vasta documentação também podem ser pensadas do ponto de vista do protagonismo na condução da própria existência.

Minha hipótese é que as interdições às mulheres no espaço público seriam parte de um processo de luta pela diferenciação social dos “tipos” femininos, pautado eminentemente por argumentos de ordem moral. Classificações como “mulher recatada” ou a “debochada”, *topos* presentes em diferentes discursos do período, soariam, assim, mais como aspectos do feminino a serem defendidos, atacados ou sustentados por determinados grupos sociais, do que uma “condição” feminina *tout court*. Nesse sentido, apesar da defesa de setores dominantes da sociedade, não existiria uma única condição feminina, mas variados modos de existir, que se articulam com fatores de classe, geração e etnia, envolvendo um complexo processo de (de)formação das identidades. (PEDRO; GROSSI, 1998).

Existem muitos exemplos empíricos para corroborar essa hipótese, como a decisão das mulheres detidas pelo Tenente João Baptista, citado acima, que preferiram permanecer detidas – ainda que por um pequeno período de tempo, como costume no período – a submeter-se ao conselho moralista do policial militar. Evidenciava-se, assim, a existência de uma variedade de mulheres, meretrizes, ou não, ocupando os espaços da capital mineira, segundo interesses específicos. Mas esse exemplo é indício, no fundo, de tensões existentes em relação aos diferentes comportamentos femininos nos espaços públicos da capital. Essas diferenças foram realçadas em colunas sociais, que expressavam uma condição feminina ideal para as “mulheres honestas”, “elegantes”, em suma, para o que se chamava de “menina mineira”.

O uso do pó de arroz é coisa muito delicada e que requer muito bom gosto e uma finura de educação que põe à prova de fogo a dama elegante. Quantas vezes tens sentido perfumes próprios de mulata endomingada junto de damas que se julgam de bom tom?! E por que tudo isto? – Porque Mme., para economizar dois ou três mil reis, compra um perfume “rastaquera” e usa um pó de arroz que não convém absolutamente à sua posição social. Por isso mesmo, toda mulher bonita, que deseja conservar a sua beleza por longo tempo [...] Deve usar perfumes e pós de arroz de acordo com seu tipo, respeitando, sobretudo, a sua idade e a sua condição social. É simplesmente lamentável que uma menina mineira, e, por conseguinte, de bons princípios, tenha, logo ao deixar os bancos do Colégio Santa Maria, o mau gosto de usar perfumes picantes que não podem absolutamente despertar ideias de misticismo e de perfume. E é isto que acontece, às vezes! No entanto, as pessoas naturalmente finas usam perfumes discretos e delicados. (DM, 14/7/1920, p. 2).

Esses discursos – que evidenciavam as distinções sociais, morais e raciais entre as mulheres “finas” e as “rastaqueras” – compunham o esforço, em curso naquele período, de uma educação burguesa voltada para um comportamento feminino específico: recatado e contido, à espera do matrimônio. Esta educação buscava naturalizar sentidos e caracteres morais como pressupostos de pertencimentos sociais, reduzindo condições raciais e sociais à ideia de “falta” ou “defeito” moral. Mas a distinção pela hierarquização dos odores e do uso da “pintura” facial foi apenas um ponto do problema da visibilidade do corpo feminino nas ruas da cidade. Ele também se estendeu aos cabelos, às *toilettes*, às formas de caminhar, à sexualidade e ao vício e à virtude. (GAY, 1999). Mulheres que habitavam, circulavam ou trabalhavam em determinados espaços da cidade, especialmente a região da Praça da Estação e do centro comercial, como a da Rua Guaicurus e adjacências, tiveram sua vida pareada e marcada pelo imaginário social depreciativo, que se construiu sobre a região.

Jornais, sangue e lágrimas: o caso das colunas policiais

O jornal *Estado de Minas*, nascido de uma ansiedade de “renovar” e dinamizar a produção jornalística na cidade em 1928, cujos donos apoiavam uma vertente político-liberal entre as elites da capital (ANTUNES, 1995, p. 133), publicou desde seus primeiros números notas com *fait divers* e uma coluna policial diária. Essa coluna manteve uma periodicidade sólida de 1928 até 1930, quando perdeu importância na política editorial do jornal, retornando vez ou outra às suas páginas ao longo da década de 1930. Nessa seção encontram-se notícias a respeito da ação policial na cidade e que veicularam representações sociais sobre as meretrizes. Já o *Diário de Minas*, jornal caracterizado pela sua atuação política, publicou esse tipo de notícia, ao longo do período, ora em seções policiais específicas, mas esporádicas, ora em notas avulsas. Diversos foram os temas abordados nas notas, ao longo da década de 1920 e na primeira metade da década de 1930. Nesse período, houve um grande volume de notas relatando cenas de suicídios e tentativas de suicídios, como a que se segue.

TENTOU SUICIDAR COM PERMANGANATO

Entre as **pobres mulheres atiradas ao vício** nesta Capital são frequentes os **gostos trágicos das desiludidas da vida**. Ainda ontem, às 19 horas, Maria Candida tentou pôr termo à vida, na pensão de Maria Rodrigues de Oliveira, à rua Guaicurus 383 onde reside, ingerindo uma dose de permanganato. O guarda civil n. 47, de serviço no local, transportou a **tresloucada** para a Santa Casa, em estado grave. (ESTADO DE MINAS (EM), 20-3-1929, p. 6, grifos nossos).

De maneira geral, as meretrizes eram representadas nessas narrativas como mulheres cuja vida, muitas vezes curta, era cheia de *desilusões, tragédias, infelicidades, misérias, amarguras e insanidades* ou *perda de juízo*. Maria Candida e outras foram representadas como mulheres, que num desatino, por desilusões amorosas ou problemas financeiros, preferiam tirar a própria vida a permanecer na “desgraça”, sem esperança de serem salvas por seus amantes. Mas, algumas vezes, a coluna policial indicava que nem sempre as ações dessas meretrizes tiveram sucesso, revelando indícios de solidariedade das colegas de “ofício”, de guardas civis, de populares ou donas de pensões para sua recuperação. Uma exceção nessa construção de solidariedades, nas páginas dos jornais, foi Olympia Vasques Garcia, uma famosa e temida dona de cabarés na cidade. Segundo o jornal, ela não teria dado assistência a uma pensionista que tentou tirar sua própria vida, após ser abandonada por seu “protetor”, pintando um quadro depreciativo da empresária.

A famosa Olympia, tendo em sua pensão uma criatura quase agonizante, [...] não só **deixou de participar o caso à polícia, como tentou mesmo ocultá-lo**, consumindo os vidros [dos] entorpecentes [in]geridos pela jovem e rasgando uma carta que esta dirigiu às autoridades, explicando os “porquês” da sua sin[is]tra resolução. (EM, 11-4-1929, p. 6, grifos nossos).

Voltaremos à Garcia, mais adiante, mas, nesse caso, nota-se uma tendência dos narradores do período em colocar as vítimas como tuteladas a um homem ou senhora protetora, reforçando a figura romantizada do *cafién*, como agente imprescindível na vida da meretriz, representação amplamente compartilhada pela opinião pública do período. (SCHETTINI, 2006; KUSHNIR, 1996). Além dos casos de tentativas de suicídio também

circularam nos jornais notícias relacionadas a crimes violentos, como assassinatos e os clássicos casos de “ofensas físicas”. As notícias ressaltavam o alcoolismo, as insurgências e insubmissões das mulheres ao sexo “ másculo” e também carregavam as tintas no caráter “frio” de certas atitudes das mulheres. Os botequins que se instalavam na rua Guaicurus e nas adjacências (Av. do Comércio, Av. Oiapoque, rua Rio de Janeiro, rua São Paulo e rua Espírito Santo) eram palcos de confusões constantemente representadas nas colunas policiais dos jornais pesquisados.

OS TRÊS MOSQUETEIROS DA RUA GUAICURUS – O restaurante “Os Três Mosqueteiros”, à esquina das ruas Guaicurus com S. Paulo, esteve ontem num dos seus dias de esplendor. Um ótimo, um excelente conflito, com todos os matadores, ali se registrou a noitinha, alegrando com o pitoresco de seus episódios os frequentadores, “blasés” do famoso e guerreiro botequim. Em resumo, eis o que houve:- **a mundana Maria da Costa Affonso, bebeu demasiadamente e entrou em luta corporal com o seu companheiro Jorge Campos.** Copos e garrafas pagaram o ‘pato’, estilhaçados nos encontrões dados pelos díspares antagonistas. **Verificou-se o alarme habitual, gritos, apitos, faniquitos, nuvens de guardas civis, a carrocinha de presos e depois o silêncio do xadrez para o exclusivo casal.** Noite boa... (EM 18-7-1929, p. 6, grifos meus).

Além dessas cenas, que reforçavam a imagem de meretrizes como desordeiras e dependentes do álcool, também há imagens de rancor, intrigas e desavenças entre as meretrizes. Uma notícia sobre um conflito entre seis meretrizes no Cassino Capitólio, em 1929, traz um elemento interessante para se pensar. Após descrever as cenas da luta envolvendo as mulheres, o repórter afirmou entre parênteses “(classe desunida)”, forjando, assim, ironicamente, a coexistência das ideias de coletividade (classe) e competitividade (desunida) entre as meretrizes; uma classe sem consciência (EM, 26-1-1929, p. 6). Mas, por outro lado, os jornais do período consolidaram representações das meretrizes como mulheres que resolviam seus próprios problemas, lançando mão, se necessário, da força física.

Imaginem o que passou a pobre Alzira. **Três companheiras suas atacaram-na de uma só vez.** E atacaram-na com fúria, a ponto de a deixar quase morta. Isto se deu na pensão da Carmem, à rua Guaicurus, ontem, às 18 horas, por motivo de discussões travadas entre elas, **consequentes de velhas rixas.** Izabel, Jovem e Geralda eram as adversárias de Alzira. A polícia soube do “sururu”. (DM, 8-5-1927, p. 3, grifos nossos).

Os periódicos publicaram também diversos casos de espancamento de meretrizes por seus amantes, guardas, soldados da Força Pública, “protetores” ou homens cujo vínculo com as agredidas não foram esclarecidos pelas notícias. Como o caso do “guarda 96” que “de serviço na rua Guaicurus, prendeu e levou à 2ª delegacia o indivíduo José de Freitas **que espancava, por motivos que se ignora, a decaída** Zilda Corrêa Freitas”. (DM, 9-3-1927, p. 2). Essas notícias fizeram circular representações daquela rua como o “baixo meretrício”, como um lugar de “algazarras”, “sururus”, “quebra-paus” e “confusões”. Os espaços do meretrício foram identificados, ainda, como locais onde ocorriam “furtos”, “afanos” e “trapaças”. Em alguns casos o prejuízo era causado por uma “companheira” de pensão, em outros por amantes, mas também havia tensões entre inquilinas e donas de pensão.

DANÇARINA MODERNISTA – Baby Ledue, dançarina do Palácio Club, morava na pensão de Olympia Garcia, à avenida Oiapoque, 79. Uma noite dessas, ela saiu do quarto, trancou-o e desapareceu com a chave sem pagar duas diárias e o dinheiro adiantado para sua viagem do Rio até aqui. Olympia queixou-se à 2ª delegacia (DM, 30-1-1927, p. 3).

As meretrizes dos jornais eram mulheres que enganavam, agrediam, gritavam, apanhavam, resolviam seus próprios problemas financeiros – mesmo que com um “calote” –, e que, às vezes, tentavam tirar a própria vida. Eram, ainda, mulheres que transgrediam a “moralidade pública”. Conceito bastante difundido e, talvez por isso, pouco explicado ou explicitado, a defesa da “moralidade pública” tornou-se, em diferentes momentos, bandeira para a relação da polícia com o meretrício na cidade. No final da década de 1920, algumas diretrizes foram criadas e uma delegacia especializada na fiscalização dos costumes e dos jogos passou a realizar um serviço de registro das meretrizes em 1928 e a formalizar prescrições para o

comportamento das meretrizes no espaço público. (MINAS GERAIS, 1928, p. 228). A partir daquela data, passamos a encontrar nos jornais representações mais enfáticas de mulheres indignadas com situações de repressão aos seus comportamentos, reforçando o caráter negativo das representações sociais das meretrizes.

MULHER TERRÍVEL – o guarda n. 229, Newton Ramos, estando de serviço, ontem à noite, no cruzamento das ruas Guaicurus e Rio de Janeiro, prendeu na pensão da casa n. 372, da primeira das ditas ruas, a decaída Alice de Oliveira, **por desrespeito ao Regulamento de Costumes. Alice reagiu a dentadas, ferindo aquele guarda, e mais os seus colegas** n. 370 e 203, que vieram em seu socorro. Finalmente, foi conduzida, na “viúva alegre” à delegacia do 2º distrito, onde ficou detida. (DM, 17-11-1928, p. 3, grifos nossos).

Semelhante caso se deu quando um guarda surpreendeu duas mulheres, segundo o jornal, em atividade de seu ofício noturno em plena luz do dia.

O guarda civil n. 128, prendeu e conduziu à delegacia do 2º distrito, no dia 5 do corrente, as “senhoritas” Angelina Maria de Jesus e Maira dos Anjos Pires, que, com a maior desfaçatez, entregavam-se, em pleno dia, a prática de atos indecentes no alpendre da pensão em que moram, à esquina das ruas Guaicurus com Rio de Janeiro. Ao serem presas, as mulheres prorromperam em doestos e insultos ao mantenedor da ordem, a quem por último ameaçaram de vingança, da proteção de pessoas altamente colocadas. A alegação de nada serviu e Maria e Angelina, dormiram no xadrez. (EM, 7-8-1928, p. 6, grifos nossos).

Relatos como estes revelam indícios de comportamentos de insubmissão das meretrizes à moral e à autoridade policial masculina. Naquele período, os guardas civis não dispunham de ampla aceitação e legitimação social, o que pode ser observado em outras capitais, como o Rio de Janeiro. (BRETAS, 1997). Mas é curioso notar duas questões presentes nesses indícios: a deslegitimação do comportamento feminino por meio da atribuição de adjetivos depreciativos, como forma de legitimar a ação do estado, por um lado, e a importância das redes sociais no enfrentamento da autoridade, por outro. Neste caso, a referência à proteção de pessoas, com autoridade

semelhante ou superior que a dos guardas civis, foi uma prática que, eventualmente, pode ter sido mobilizada por mulheres que se viram em situação de privação de liberdade. Esses vestígios guardados na documentação analisada são resquícios dos enfrentamentos de mulheres pobres, frente às arbitrariedades da delegacia de costumes, indicando a existência de intensas relações de força vividas no cotidiano das ruas da cidade.

Entre o final da década de 1920 até 1934, jornais como o *Estado de Minas* e o *Correio Mineiro* fizeram campanhas esporádicas, mas insistentes, contra os “excessos” e “absurdos” da prática do meretrício no centro da cidade. Além de cobrar ações da delegacia de costumes, os periódicos construíram representações negativas a respeito da já citada Olympia Vasques Garcia. Entre 23 de agosto e 5 de setembro de 1933, o *Correio Mineiro*, que surgiu com uma concepção de modernização da empreitada jornalística em Minas Gerais, publicou uma série de reportagens protestando contra um cabaré de propriedade de Olympia. Ela era apontada como responsável por lenocínio, considerado crime pelo Código Penal de 1890. O jornal enfatizava a frieza de Garcia no tratamento de seus empregados e ressaltava o caráter ilícito das atividades com as quais ela estava envolvida. Nessa série de reportagens, ela foi acusada de não pagar suas dançarinas, de cobrar uma quantia mínima para os garçons atuarem no Cabaré Palace, de negociar a vinda de mulheres para Belo Horizonte com *câftens* de São Paulo e de vender bebidas adulteradas. (CM, 25-8-1933, p. 8; CM, 3-9-1933, p. 8). O perfil de Olympia foi traçado como o de uma mulher sem coração, fria, arrogante e que não perdia sua postura austera, assim como as cafetinas da literatura do XIX ou do início do século passado, como D. Rosaura, de Oswald de Andrade (2003).

Madame Olympia Vasques Garcia, proprietária do “Cabaré Palace”, é uma das maiores responsáveis pela frequência de menores na sua casa de comércio. Se, de um lado, a polícia descuidada, deixa passar à sua vigilância algum menor, ela, a quem cabe muitas pela infração não vai de encontro aos seus próprios interesses, mesmo porque, **gozando de um conceito estranhável, nada lhe acontece perante as autoridades a quem presta obediência.** (Correio Mineiro (CM), 24-08-1933, p. 8).

Olympia é a mulher diabólica que vive na cidade, roubando o conforto de centenas de famílias. Seu “cabaré”, caverna de

explorações descabidas e dos mais inconcebíveis abusos e deboches, é renovado sempre. (CM, 1º-9-1933, p. 8, grifos nossos).

O *Correio Mineiro* foi incisivo em seus ataques contra a imigrante galiciana (QUINTELA, 2009, p. 253), representada na maioria dos casos como “espanhola” ou pelo termo genérico “internacional”. O jornal cobrou das autoridades alguma solução para os “absurdos” cometidos pela proprietária de cabaré e de pensões. Não obtendo respostas favoráveis, ou antes, disposto a criar um fato político, o jornal alimentava a ideia de que a proprietária mantinha relações políticas e laços íntimos com as altas autoridades policiais e políticas do estado, sem ter demonstrado efetivamente tais hipóteses.

Realizando uma leitura do jornal nas semanas anteriores à publicação dessa série de reportagens, é possível observar a indignação da redação dos mesmos editores com a morte de um jovem, que se envolveu em um conflito em um cabaré. Esse rapaz, menor de idade, havia sido conduzido para a Polícia Central, mas conseguiu fugir, sendo baleado pelo guarda civil sob sua responsabilidade, falecendo em seguida. (CM, 22-8-1933, p. 8). Seria forçoso tentar associar esse caso à campanha contra Olympia, não fosse pela proximidade das notícias. Mas não é de todo impossível supor que os redatores do jornal, na tentativa de responder ao problema moral da relação da prostituição com o espaço público,² levantado pelas elites locais, desde a década de 1910, tenham elegido Olympia, uma proprietária de pensões e cabarés bem-sucedida, como o “bode expiatório” de toda essa trama. Nessa busca por respostas e soluções, elegeram, também, a rua Guaicurus como lugar dos maiores problemas que diziam respeito à imoralidade e aos distúrbios dos costumes.

A rua Guaicurus, a principal artéria do Vício e do Pecado tem, todas as noites, um “footing” concorrido e animado, onde não faltam sequer os namoricos e as cupidas demonstrações de afeto. E enquanto as mesinhas de cafés, os balcões imundos de nojentas tascas se inundam da “branquinha” fazendo viciados, inutilizando homens, os almofadinhas, “galãs baratos” da tela da vida, os “coronéis” e outros, cantam palinódias aos ouvidos da “Divas”. (CM 23-8-1933, p. 8, grifos nossos).

Imaginário em circulação: narrativas e memórias da Rua Guaicurus

Muitos elementos dos relatos analisados anteriormente encontram ressonância em narrativas da memória coletiva da cidade até bem recentemente.³ As imagens ambivalentes da região da Rua Guaicurus podem ser resumidas na noção de boemia, tomada positiva ou negativamente, dependendo do lugar social de produção do discurso.⁴ Pedro Nava, por exemplo, começou publicar suas memórias na década de 1970 e utilizava um conjunto documental variado para a realização do processo de escrita, produção e ativação da memória. Entre esses materiais encontram-se, basicamente, fichas, desenhos, recortes de jornais e caricaturas. (PANICHI, 2002, p. 24). A semelhança entre o discurso produzido por Nava e os veiculados pelos jornais da década de 1920 e 1930 não são mera suposição da ilusão oriunda da imersão nos arquivos. Na década de 1970, Nava descreveu Olympia Garcia, em *Beira-mar*, no mesmo tom das reportagens publicadas no *Correio Mineiro*, quase cinquenta anos antes.

Era temida pela valentia, pela impunidade e pelas misteriosas proteções de que dispunha. Fomos cumprimenta-la e ela correspondeu geladamente àquela corja sem dinheiro para as consumações de champanha. Vestia-se com simplicidade quase sórdida, não se pintava, era pálida, tinha pele de marfim ou de alabastro, belos olhos muito negros, nariz fino, boca pequena, dentes perfeitos. **Seria uma mulher bonita não fosse a expressão fria e cruel de sua fisionomia – tão imóvel e anímica,** a ponto de imitar a máscara de porcelana untada do parkinsonismo. (NAVA, [1978] 1985, p. 129, grifos nossos).

Esses exemplos indicam a relevância dos jornais na construção da memória sobre as mulheres dos espaços de prostituição e para o papel crucial do memorialista na rearticulação, modificação e consolidação dessas memórias. A hipótese é que os jornais foram importantes veículos para circulação e consolidação de representações sobre a prostituição e sobre a rua Guaicurus, que se transformaram com o tempo e, sobretudo, participaram das experiências e das redes de sociabilidade de diferentes grupos da cidade. Estes, por sua vez, construíram novos significados a essas representações. (BOURDIEU, 1982).⁵ Entendidos como agentes formadores, mais do que como veículos de informação, os jornais tornam-se, dessa forma, um importante mecanismo na luta por representações, mas também

na luta pela formação de determinados sujeitos morais, sensíveis a determinadas questões. Ou seja, redatores, repórteres e outros profissionais do impresso, ao selecionarem e proporem assuntos, problemas e questões a serem conhecidos, discutidos e enfrentados pelos habitantes da cidade, consolidam, ou antes, elaboram e reforçam determinados projetos de sociedade e propostas de uma sensibilidade urbana específica, de uma maneira de olhar, perceber e sentir o espaço público e as práticas urbanas.

Mas, independentemente do contato de Nava com recortes do Correio Mineiro ou de outros jornais, o autor optou manter, desenvolver, reconstruir e publicar, em suas memórias, as representações negativas sobre Olympia Garcia e sobre o meretrício. O autor se posicionou em defesa dessas representações, reforçando-as. Sua experiência com a prostituição na cidade, que aparece de forma explícita em suas memórias, foi variada, mas ainda assim ele fez circular visões estigmatizadas das prostitutas, das proprietárias de cabaré ou da população que frequentava a rua Guaicurus. A “má-fama” desses sujeitos e espaços sociais carrega um caráter romântico, positivado pela ambivalência do modernismo mineiro. (ANDRADE, 2004). A “policromia” que envolve o processo de confecção da memória de Pedro Nava (1985) nos auxilia nesta reflexão.

Não vou descrever essa casa de baile como ela era precisamente naquele março de 1923. Entrei tanto ali, que guardo de cada vez um fragmento que é como um dos múltiplos clichês que se batem uns por cima dos outros, **pondo cada vez uma cor para no fim, pela reunião ou superposição das mesmas, completarem figura policrômica. Ponha-se, sobre essa multiplicidade de imagens, a ação aberradora da lembrança e do Tempo e teremos assim a evocação multiposta de ocasiões sem número.** Isso pode explicar certos anacronismos que seriam imperdoáveis no historiador, mas que são o lote do memorialista e até seu direito. (NAVA, [1978] 1985, p. 128, grifos nossos).

A relação de Nava com o passado, registrada no trecho acima, evidencia a tensão que mantemos com nossas lembranças e, talvez, o mais importante, nos permite compreender que nossas posições sobre determinadas questões sustentam-se nos sentidos, socialmente construídos, que conferimos a determinados temas e problemas, que também são socialmente elaborados e compartilhados. (BOURDIEU, 1997, p. 204-205). Pode-se perceber indícios

desse processo em passagens rápidas de *Beira-mar*, que inferiorizam as mulheres em condição de prostituição nos bordéis do “nível de todas as bolsas”, em áreas periféricas, nas “beiras do córrego”, ou mulheres negras. (NAVA, [1978], 1985, p. 55). Nava ([1978], 1985, p. 210) buscava marcar, sempre que tocava no assunto, sua preferência pelos bordéis higiênicos e que não frequentava as “margens do Córrego Leitão com Vênus vulgívaga e hotentote”, em uma clara hierarquização racial e social, ao vincular mulheres negras a uma prostituição de miséria e sujeira. Imagens semelhantes à de Nava também estão presentes nas memórias de Delso Renault (1988, p. 34), para quem a vida boêmia era “fonte inspiradora de escritores e artistas”. O autor descrevia que os atritos, as desavenças, as pancadas além das “brigas entre amantes”, costumeiras na madrugada, “se não se alastravam na letra de forma do jornal, corriam de boca em boca até o comentário chegar ao Bar do Ponto”. (RENAULT, 1988, p. 31-32). Renault (1988, p. 32), porém, não se alonga em detalhes de experiências pessoais e, curiosamente, aponta Olympia como uma mulher “dotada de visão, dominadora, prestigiada pelos poderosos” e que “selecionava sua freguesia com argúcia e tato”, apesar de exercer sua autoridade diante de inconvenientes “com uma sacola cheia de bolas de bilhar”.

Realmente, a boemia serviu de inspiração aos artistas e escritores em diferentes momentos, regiões e situações históricas, ocupando, inclusive, espaço privilegiado em crônicas e romances policiais emergentes no século XIX. (PORTO, 2009). Narrativas de e sobre Paris do Oitocentos opuseram o espaço das elites e o da população pobre, ao vincular determinados tipos de crime ou práticas licenciosas a determinados logradouros, estabelecimentos ou regiões da capital francesa. (KALIFA, 2004, p. 149). As crônicas cotidianas nos jornais belo-horizontinos não escaparam dessa diferenciação socioespacial, e é possível desde cedo, como vimos, perceber a tipificação e diferenciação dos espaços em termos de segurança: higiênica, monetária e, mesmo, física. (OLIVEIRA, 2014; VILHENA, 2008). No romance *Basileu* [1981], originalmente *Inquietude e melancolia* [1930], de Eduardo Frieiro (1981, p. 131), o doutor Goianá, doutrinador de Batistinha na vida noturna, declara que “*cabaret* que não acabe em briga, não merece o nome de *cabaret*”. As “confusões”, badernas e os “casos de polícia” não eram exclusividades dos jornais, como se vê, e tornaram-se símbolo de uma tradição romântica da vida boêmia. São tropos que constituíram a topografia do meretrício em uma cidade cuja maior tradição inventada é a da vocação para a

modernidade, num percurso tenso e ambivalente, corroborando as análises da literatura do período, feitas por Luciana Andrade (2004). O chamado “quadrilátero da zona”

compreendia tudo que ficava entre Bahia, Caetés, Curitiba e Oiapoque, vasta área de doze quarteirões de casas. A partir da crista de Caetés, as ruas ladeavam até despencarem no Arrudas. Assim, esse trecho da cidade ficava numa depressão. Pra nele chegar era preciso marchar rampas abaixo e daí o significado de *descer* dado pelos belorizontinos à ação de ir à zona, à patuscada, à farra, ao cabaré, lá embaixo – e por extensão, à de coito. (NAVA, [1978], 1985, p. 54, grifos nossos).

Essa famosa citação fundava uma região do baixo meretrício no centro da cidade, região em que se localizavam, desde a década de 1920, muitos hotéis e estabelecimentos comerciais, inclusive alimentícios, próximos às principais portas de entrada da capital, durante o século XX: a estação ferroviária e, anos mais tarde, a rodoviária. A região, tida como espaço decadente nas décadas de 1920 e 1930, se transforma em espaço dos prazeres nas narrativas memorialísticas. Mas o mundo dos prazeres era ambíguo. Para o médico Goianá, personagem de Basileu, os cabarés eram lugares da inocência, e denunciavam a falsa ideia de que eles eram “casas de perdição e escândalo”. (FRIEIRO, 1981, p. 125). Para o personagem, ao invés de divertimento, o cabaré era um “aborrecimento mortal”, mas que não podia ser descartado, por tratar-se de um “enfado que está dentro de nós como uma tara no espírito”. Frieiro revelava os desconfortos diante de uma masculinidade referenciada pelas “vantagens mundanas” e um desejo por mulheres que se encontrem “inteiramente cobertas de panos”. (FRIEIRO, 1981, p. 127-130).

As ambiguidades dessas narrativas são sintomas das disputas de projetos de uma sociedade e de uma cidade, que polarizava mulheres entre honestas e desgraçadas. De fato, algumas medidas práticas foram tomadas pela polícia, com o intuito de inculcar “influência educativa” na vida de meretrizes, no final da década de 1920, como o registro de meretrizes, traduzida em uma política mais repressora de policiamento do meretrício. (MINAS GERAIS, 1929, p. 85-97, v. II). Contudo, e apesar da polícia ter problematizado e apostado, numa postura paternalista, em uma “regeneração” das “degeneradas” (MINAS GERAIS, 1928, p. 48-49), os jornais produziram e fizeram circular

narrativas que demonstravam o interesse de grupos sociais, políticos e policiais em proteger os espaços da família, parte fundamental do projeto de modernidade, que se desejava para a cidade: uma vida moderna pautada nas tradições mineiras.

Interrogações e continuidades

Durante as décadas de 1920 e 1930, como vimos, os jornais difundiram representações das meretrizes como “frias”, “rixentas”, “perdidas”, “desiludidas”, “alcoólicas”, “imorais”, “desordeiras” e “insubmissas” e também como “vítimas”, “solidárias”, “companheiras” e “exploradas”. Essas narrativas destacavam as características negativas das mulheres e de outros envolvidos e foram produzidas em torno de uma luta pela definição e fixação dos usos dos espaços públicos e pela normatização das formas e maneiras de se comportar nesses diferentes espaços da cidade. Surgiram, também, em meio a campanhas pela moralização do meretrício, pela delimitação dos espaços em que essa prática se efetivava e de tentativas de organização dos comportamentos de mulheres e homens, que se envolviam com essa prática.

Conflitos envolvendo a legalidade ou o direito de definir a “localização” da prostituição, em áreas afastadas da região central, fazem parte de uma longa discussão na história de Belo Horizonte, encabeçada por grupos moralistas e por autoridades policiais, desde pelo menos a década de 1910. Na primeira década do século XIX, ocorreu mais uma tentativa de remoção da prostituição da Rua Guaicurus, sob a justificativa de revitalização urbana. O Projeto de Lei 1.450, de 2007, de autoria do vereador Alexandre Gomes, na Câmara dos Vereadores de Belo Horizonte, se propôs a “proibir a localização e o funcionamento de usos tradicionalmente utilizados para a prática da prostituição”, nas ruas Guaicurus e São Paulo, por meio da instalação de uma Área de Diretrizes Especiais (ADE), para “criar condições favoráveis ao incremento do processo de revitalização urbana [...] ao proibir a localização e o funcionamento de usos tradicionalmente utilizados para a prática de prostituição na região em foco”. O projeto foi arquivado sob a justificativa de que a lei iria de encontro ao Plano Diretor do Município, que determina o contrário: estimular, aumentar e melhorar “o setor hoteleiro, de entretenimento, lazer e cultura”, o que foi referendado pelas comissões de Legislação e Justiça, de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor e a de Meio Ambiente e Política Urbana. Essa tendência de intervenção dos estados, na prática da prostituição, é recorrente nas discussões internacionais sobre a prostituição desde o século XIX.

No início da década de 2010, em ação civil pública, o Ministério Público pediu o fechamento dos hotéis da Rua Guaicurus por se tratarem, segundo sua percepção, de espaços de “exploração da prostituição”. A sentença do juiz de direito responsável pela ação esteve atenta às disputas políticas que giram em torno das tentativas de intervenção na prática da prostituição, demonstrando, inclusive, sensibilidade ao argumento do valor histórico da região para a cidade, ao declarar improcedente o fechamento dos estabelecimentos:

Espero que a demanda não tenha por objetivo higienizar o hipercentro de Belo Horizonte, sobretudo na região tradicionalmente conhecida como “zona boêmia”, em razão da proximidade da “Copa do Mundo”, como meio de maquiagem uma realidade histórica da Capital para mostrar ao mundo uma situação que não corresponde à realidade. [...] Aliás, pretender extinguir a prostituição no hipercentro dá uma impressão de conduta preconceituosa, ofensiva ao princípio constitucional da igualdade, até porque não se tem notícia de iniciativa similar para encerrar as atividades das boates, hotéis e motéis de luxo, onde, sabidamente, também há prática de sexo remunerado. A demanda dirige-se unicamente aos estabelecimentos do hipercentro, frequentados por pessoas de menor posse. (Ação Civil Pública 1184610-94.2011.8.13.0024, grifos nossos).⁶

O problema da intervenção estatal na prostituição resume uma tensão, vivida desde o século XIX no Brasil, entre grupos políticos e sociais dispostos a intervir no meretrício – seja com propostas de regulamentação ou de extinção –, e aqueles que entendem que o assunto não caberia ao estado. Essa disputa relaciona-se com uma história de circulação de representações e de um imaginário social sobre a prática e sobre os espaços da prostituição. As comparações entre diferentes narrativas sobre a prostituição e a Rua Guaicurus permitiram evidenciar que a circulação de diferentes representações do meretrício e das meretrizes em jornais e produções culturais diversas, especialmente na literatura, contribuiu à composição de um determinado imaginário a respeito da prostituição na cidade de Belo Horizonte, produzindo sensibilidades e maneiras de sentir e se relacionar com os corpos femininos no espaço urbano, legitimando memórias sociais a respeito da moralidade no espaço público.

Atualmente, o problema do trânsito de mulheres envolvidas com a prostituição não tem a mesma dimensão, em função tanto do enclausuramento da arquitetura dos hotéis do centro da cidade, quanto das transformações políticas, culturais e morais em relação à moda, à sexualidade, aos direitos políticos e civis e ao corpo feminino.⁷ O exercício de comparação de narrativas de jornais, com um memorialista de peso, como Pedro Nava, permitiu perceber como essas sensibilidades foram compartilhadas, incorporadas e reformuladas nas narrativas sobre a cidade, seja por meio das experiências pessoais ou pela circulação de impressos e narrativas sobre o mundo boêmio. A análise possibilitou, ainda, observar reverberações desse imaginário em disputas simbólicas sobre os sentidos da prática da prostituição em Belo Horizonte e aqueles atribuídos à Rua Guaicurus, que permanecem atuais.

Os jornais, com suas narrativas sobre o cotidiano da população, especialmente sobre crime ou “casos de polícia”, são importantes fontes para pesquisas interessadas na experiência e na consolidação de um imaginário social, que atua na educação das sensibilidades de diferentes classes sociais. Para Dominique Kalifa (2013, p. 137), o imaginário sobre o *bas-fond* está associado à própria difusão da cultura de massa, a partir do final do século XIX no Ocidente, contribuindo para a criação dessa lógica binária entre pureza e perversidade. Os “textos populares”, como os romances policiais ou as colunas policiais dos jornais “prestam-se também para pensar a experiência” e tiveram “um impacto sobre os juízos e os comportamentos”, que foram construídos em relação a determinados grupos e espaços sociais. (KALIFA, 2004, p. 150).

Recentemente, existe uma movimentação em torno da defesa da Rua Guaicurus e das muitas práticas comerciais e sociais que se concretizam em torno daquele espaço, encabeçada por movimentos sociais e, especialmente, pela Associação dos Amigos da Rua Guaicurus (AARG) e pela Associação de Prostitutas de Minas Gerais (Aspromig). Representantes da AARG argumentam a necessidade de valorização da rua, seus estabelecimentos comerciais e práticas ali existentes, bem como do tombamento da rua como patrimônio histórico e imaterial, devido à sua importância cultural (CRUZ, 2012).⁸ As campanhas promovidas pela polícia e pelos jornais, nas décadas de 1920 e 1930, contribuíram para a desqualificação social e a conformação dos estigmas que a Guaicurus e as mulheres que ali trabalharam carregaram ao longo do século XX.

A diferenciação social das meretrizes que frequentavam a região não conseguiu ser apagada pela glamourização inventada pelos romances, pelas reportagens jornalísticas e memórias sobre a cidade. A rua manteve seu posto de “antro da perdição”, na memória coletiva nas décadas seguintes, alcançando, novamente, entre 1980 e 1990, o *status* de região da mais baixa modalidade de prostituição e violento ponto de tráfico de drogas. Atualmente, a Guaicurus ainda é comentada e conhecida nas redes masculinas da cidade, e segue como uma das referências ambivalentes da prostituição feminina na capital, que foi descentralizada, ocupando vários espaços da cidade, desde os anos 1930/40, e com mais diversidade desde os anos 1970, sendo abordada ora a partir de sua positividade, ora a partir de suas mazelas. Nos limites desse trabalho, que buscou cotejar estas fontes com a literatura memorialística e observou a circulação de representações sociais sobre a prostituição em Belo Horizonte, uma questão ainda fica em aberto. Em que medida os habitantes da capital mineira estariam dispostos a conceber a Rua Guaicurus e seus sujeitos como um patrimônio histórico e imaterial, a despeito de todo imaginário social depreciativo e negativo, que foi historicamente consolidado em torno da região?

Notas

¹ Um importante acervo de impressos que circularam na capital encontra-se na Coleção 17, Revistas Diversas do APCBH.

² Entre eles, o acesso de menores aos cabarés.

³ As memórias analisadas foram produzidas em um contexto de intensa transformação urbana da capital, como a formação da Região Metropolitana de Belo Horizonte, e de múltiplas transformações políticas e culturais, como a formação de movimentos sociais, o movimento estudantil e O movimento negro e de tendências intelectuais variadas, como expressa no Suplemento Literário (ver CUNHA, 2016). Nava, que morava no Rio de Janeiro, descreveu, inclusive, com saudade a cidade de suas memórias e descreve com pesar as transformações da cidade da década de 1970. (ANDRADE, 2004, p. 151).

⁴ Está em discussão, desde o carnaval de 2017, uma proposta de revitalização da região, encaminhada por empresários e organizações variadas, com O objetivo de

criar um Distrito municipal. Uma das bases de sustentação do projeto é construída em torno do conceito de boemia.

⁵ Trata-se da dialética das trocas linguísticas e da construção social da diferença.

⁶ Além disso, segundo a sentença, não foram apresentadas provas de que os estabelecimentos estivessem auferindo vantagens da prostituição.

⁷ Atualmente, o papel da militância das próprias mulheres organizadas em uma associação, a APROSMIG, teve como um de seus resultados a criação do Museu do Sexo, em fase de estruturação.

⁸ Edson Cruz, da AARG, refere-se à rua Guaicurus como espaço cultural e econômico privilegiado, que contou com a presença de sujeitos diversos como Hilda Furacão, Cintura Fina e artistas nacionais e internacionais, argumentos consagrados na obra de Roberto Drummond. O romancista, que merece uma análise historiográfica específica, construiu um imaginário romantizado da prostituição e Nas noites dos cabarés.

Referências

- ANDRADE, Luciana Teixeira. *A Belo Horizonte dos modernistas: representações ambivalentes da cidade moderna*. Belo Horizonte: C/Arte & Ed.PucMinas, 2004.
- ANDRADE, Luciana Teixeira. *Ordem pública e desviantes sociais em Belo Horizonte (1897-1930)*. 1987. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, Belo Horizonte, 1987.
- ANTUNES, Elton. *Um jornal no meio do caminho: os arquitetos da imprensa na Belo Horizonte dos anos 20 e 30*. 1995. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – UFMG, Belo Horizonte, 1995.
- BACZKO, Bronislaw. *Imaginação social. Enciclopédia Einaudi*, Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Ed. Portuguesa, 1985. v. 5. (Antropos-Homem).
- BOURDIEU, Pierre. *Ce que parler veut dire: l'économie des échanges linguistiques*. Paris: Fayard, 1982.
- BOURDIEU, Pierre. *Méditations pascaliennes*. Paris: Seuil, 1997.
- BRETAS, Marcos. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro (1907-1930)*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- CASTRO, Maria Céres Pimenta Spínola. *A aventura da imprensa*. In: CASTRO, Maria Céres Pimenta Spínola et al. *Folhas do Tempo: imprensa e cotidiano em Belo Horizonte – 1895-1926*. Belo Horizonte: UFMG/PBH/AMI, 1997. p. 19-46.
- CHARTIER, Roger. *Diferenças entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica)*. *Cadernos Pagu*, v. 1, n. 4, p. 37-47, 1995.
- CUNHA, Valdeci da Silva. *Suplemento BH 100 e as galerias da memória*. *Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura*, Campinas, SP, v. 24, n. 2, p. 91-112, dez. 2016. ISSN 2178-3284. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8647859/14885>>. Acesso em: 21 maio 2018.
- ELMIR, Cláudio Pereira. *Imagens da prostituição na Porto Alegre dos Anos Dez. O discurso d'O Independente*. In: VARGAS, Anderson Zalewski et al. *Porto Alegre na virada do século XIX: cultura e sociedade*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS; Canoas: Ed. da Ulbra; São Leopoldo: Ed. da Unisinos, 1994. p. 82-98.
- KALIFA, Dominique. *Les lieux du crime: topographie criminelle et imaginaire social à Paris au XIXe siècle. Sociétés & Représentations, Paris, v. 1, n. 17, p 131-150, jan./jun. 2004*.
- KALIFA, Dominique. *Les Bas-fonds: histoire d'un imaginaire*. Paris: Seuil, 2013.
- LABORIE, Pierre. *Memória e opinião*. In: AZEVEDO, Cecilia (Org.) et al. *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p. 79-98.
- LUCA, Tânia Regina de. *Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla B. (Org.). *Fontes históricas. 2. ed. São Paulo: Contexto: 2006. p. 111-154*.
- MATOS, Maria Izilda. *Cotidiano e Cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru: Edusc, 2002.
- MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

- NASCIMENTO, Kelly Cristina. *Entre a mulher ideal e a mulher moderna: representações femininas na imprensa mineira – 1873-1932*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, Belo Horizonte, 2006.
- OLIVEIRA, Carlos Alberto. Tensões no espaço público. *Revista Eletrônica do APCBH*, v. 1, n. 1, p. 7-20, maio 2014.
- PAIXÃO, Antônio Luiz. Crimes e criminosos em Belo Horizonte: uma exploração inicial das estatísticas oficiais de criminalidade. In: BOSCHI, Renato Raul (Org.). *Violência e cidade: debates urbanos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 75-98.
- PANICHI, Edina Regina Pugas. O texto em movimento. *Íkala, revista de lenguaje y cultura*, Medellín, v. 7, n. 13, jan./dez. 2002.
- PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pilar. *Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade*. Florianópolis-SC: Ed. das Mulheres, 1998.
- PORTO, Ana Gomes. *Novelas sangrentas: literatura de crime no Brasil (1870-1920)*. 2009. 324 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, Campinas, 2009.
- QUINTELA, Antón Corbacho. *A aculturação e os galegos do Brasil: o vazio galeguista*. 2009. Tese (Doutorado em Filologia Galega) – USC, Santiago de Compostela, Espanha, 2009.
- RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- RICOEUR, Paul. *Du texte à l'action: essais d'hermeneutique*. Paris : Seuil, 1986 (Collection Esprit).
- SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.
- VILHENA, Kellen Nogueira. *Entre sãos expansões do espírito e sarrilhos dos diabos: lazer, divertimento e vadiagem nas representações da imprensa em Belo Horizonte (1895-1922)*. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação: conhecimento e inclusão social, Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 2008.

Fontes:

Documentos judiciais

Ação Civil Pública 1184610-94.2011.8.13.0024. Disponível em: <<http://www.tjmg.jus.br/portal>>. Acesso em: 28 fev. 2014.

Documentos legais

Projeto de lei 1.450/07, CMBH.

Jornais – Hemeroteca Estadual

Correio Mineiro, 22-8-1933, p. 8; 23-8-1933, p. 8; 24-8-1933, p. 8; 25-8-1933, p. 8; 1º-9-1933 p. 8; 3-9-1933, p. 8.

Diário de Minas, 24/1/1920, p. 2; 14/7/1920, p. 2; 9-3-1927, p. 2; 8-5-1927, p. 3; 30-1-1927, p. 3; 17-11-1928, p. 3; 12-11-1922, p. 3.

O Estado de Minas, 7-8-1928, p. 6; 20-3-1929, p. 6; 11-4-1929, p. 6; 18-7-1929, p. 6.

Relatórios – Arquivo Público Mineiro

MINAS GERAIS *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente do Estado pelo dr. José Francisco Bias Forte, Secretário da Segurança e Assistência Pública, referente ao ano de 1927*. Belo Horizonte Imprensa Oficial do Estado, 1928.

MINAS GERAIS. Secretaria da Segurança e Assistência Pública do Estado de Minas Gerais. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente do Estado pelo dr. José Francisco Bias Fortes, Secretário da Segurança e Assistência Pública, referente ao ano de 1928*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1929. v. II.

Romances

ANDRADE, Oswald. *Os condenados: a trilogia do exílio*. 4. ed. São Paulo: Globo, 2003.

DRUMMOND, Roberto. *Hilda furacão*. 4. ed. São Paulo: Siciliano, 1991.

FRIEIRO, Eduardo. *Inquietude e melancolia*. Belo Horizonte: Pindorama, 1930.

FRIEIRO, Eduardo. *Basileu*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

NAVA, Pedro. *Beira-Mar: memórias* 4. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

RENAULT, Delso. *Chão e alma de minas: memória socioeconômica e política de 1920 a 1937*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1988.

Vídeos

CRUZ, Edson. Entrevista por integrantes do blog “Rua Guaicurus” Lailiane Moreira e Felipe Bueno. 1º/7/2012. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=RvdCn_I4kg4>. Acesso em: 15 maio 2016.

